



27-03-03  
d. 380/03

# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Assessoria de Bancada do Partido Verde - PV

## INDICAÇÃO

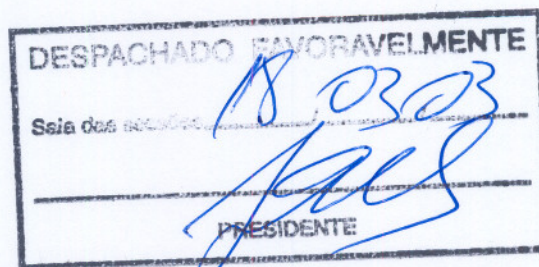
-025i-

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n.º 340 / 2003

Campo Mourão, 12 / 03 / 03 Horas: 17:50

  
PROTOCOLISTA



Os Vereadores, infra-assinados, no uso de suas atribuições legais, respaldados no artigo 128, inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem através da presente **INDICAR** ao Senhor Prefeito **TAUILLO TEZELLI**, que viabilize a reativação do Conselho Municipal do Trabalho, cuja finalidade é a promoção e o incentivo à modernização das relações de trabalho e a promoção de ações educativa-preventivas, visando a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho, conforme a Lei nº 1073, de 17 de novembro de 1997.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**  
Estado do Paraná, em 12 de março de 2003.

  
PROF. IDÉ

  
JOSÉ TUROZI





# ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

## CAMPO MOURÃO - PARANÁ

LEI Nº 707 DE 21/11/90

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 28/12/90

### GABINETE DO PREFEITO

Campo Mourão, sexta-feira - 21/11/97

ANO VII

Nº 387

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1072

De 17 de novembro de 1997

Declara de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus**, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

LEI:

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus**, inscrita no CGC sob n.º 79.079.083/0001-06, registrada em 22 de outubro de 1985, sob o n.º 770 - Livro "A", no 1º Ofício de Registros de Títulos, Documentos e Protestos da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 17 de novembro de 1997

**Tauillo Tezelli** - Prefeito Municipal  
**Rubens Sanches Hernandez** - Procurador Geral  
**Magali Adriana Vriesman Beninca** - Secretária da Educação

LEI Nº 1073

De 17 de novembro de 1997

Institui Conselho Municipal do Trabalho e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

LEI:

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal do Trabalho, no âmbito da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, responsável pela política municipal do emprego e relações do trabalho, de caráter permanente e deliberativo, com

a finalidade de estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de emprego e relações de trabalho no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** Ao Conselho Municipal do Trabalho compete:

I - aprovação de seu Regimento Interno;

II - a promoção e o incentivo à modernização das relações de trabalho;

III - promoção de ações educativo-preventivas, visando a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho;

IV - a análise das tendências do sistema produtivo, no âmbito do Município, e a proposição de medidas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

V - a proposição de alternativas econômicas e sociais geradoras de emprego e renda;

VI - a promoção de ações voltadas à capacitação de mão-de-obra e reciclagem profissional, em consonância com as exigências, cada vez maiores da especialização da mão-de-obra;

VII - o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros destinados aos programas de emprego e relações de trabalho no Município, em especial os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

VIII - análise e parecer sobre o enquadramento de projetos de geração de emprego e renda, capacitação profissional e outros, nas diretrizes e prioridades do Município;

IX - a indicação ou o apoio a medidas de preservação do meio ambiente, no contexto de um desenvolvimento industrial auto-sustentável que assegure, acima de tudo, a qualidade de vida da população;

X - a proposição de alternativas jurídicas e sociais, visando a modernização das relações capital e trabalho, no tocante à legislação trabalhista, às condições de saúde e segurança no trabalho, exploração do trabalho infantil, juvenil e outras situações próprias do Município;

XI - a articulação com instituições e organizações envolvidas nos programas de geração de emprego e renda e relações de trabalho, visando a integração de ações;



**XII** - a promoção e o intercâmbio de informações com outros Conselhos ou Comissões Municipais, objetivando a integração e a obtenção de dados orientadores para as suas ações;

**XIII** - o estabelecimento de diretrizes e prioridades específicas do Município, em sintonia com as definidas pelo Conselho Estadual ou Regional do Trabalho;

**XIV** - a elaboração do Plano de Trabalho, no tocante às Políticas de Emprego e Relações de Trabalho, no Município, submetendo-o a homologação do Conselho Estadual do Trabalho;

**XV** - a proposição à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho de medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas de intermediação de mão-de-obra, de formação profissional, de geração de emprego e renda, de saúde e segurança no trabalho, de modernização das relações entre capital e trabalho e outras medidas que se fizerem necessárias;

**XVI** - a criação de Grupos Temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas, com o objetivo de promover estudos ou atividades que subsidiem as deliberações do Conselho;

**XVII** - o subsídio, quando solicitado, às deliberações dos Conselhos Estadual ou Regional do Trabalho;

**XVIII** - o encaminhamento, após avaliação, às diversas instituições financeiras, de projetos para obtenção de apoio creditício;

**XIX** - o recebimento e análise, sob os aspectos quantitativo e qualitativo dos relatórios de acompanhamento dos projetos financiados com recursos do FAT;

**XX** - a elaboração de relatórios sobre análise procedida, encaminhando-os ao Conselho Estadual do Trabalho;

**XXI** - a articulação com entidades de formação profissional em geral, inclusive escolas técnicas, sindicatos de micro e pequenas empresas e demais entidades representativas de empregados e empregadores, na busca de parceria na qualificação e assistência técnica aos beneficiários de financiamentos com recursos do FAT e nas demais ações que se fizerem necessárias, em sintonia com as orientações dos Conselhos Regional e Estadual do Trabalho;

**XXII** - a indicação de áreas e setores prioritários para a alocação de recursos no âmbito dos Programas de Geração de Emprego e Renda.

**Art. 3º** O Conselho Municipal do Trabalho compõe-se de forma tripartite e paritária por:

**I** - três representantes indicados pelo Poder Público;

**II** - três representantes indicados pelas entidades de trabalhadores;

**III** - três representantes indicados pelas entidades patronais.

**§ 1º** Os segmentos sociais a que se referem este artigo indicarão um membro titular e um suplente, podendo propor a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes.

**§ 2º** Os membros indicados formalmente pelas instituições e órgãos participantes do Conselho serão encaminhados pelo Prefeito Municipal, ao Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, para homologação e nomeação,

conforme disposto no artigo 33, do Regimento Interno do mesmo Conselho.

**§ 3º** O mandato de cada representante será de três anos, permitida uma recondução.

**§ 4º** As instituições, inclusive financeiras, que interagirem com o Conselho Municipal do Trabalho, poderão participar das reuniões, se convidadas, sendo-lhes facultado manifestar-se sobre os assuntos abordados, sem, entretanto, terem direito a voto.

**§ 5º** Pela atividade exercida no Conselho, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

**Art. 4º** A Presidência do Conselho Municipal do Trabalho será exercida em sistema de rodízio entre as bancadas representativas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de doze meses, vedada a recondução para o período consecutivo.

**Art. 5º** O Conselho Municipal do Trabalho contará com uma Secretaria Executiva, a ser exercida pelo órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Público de Emprego - SEMPRE, na localidade, a ela cabendo a realização das tarefas técnicas e administrativas.

**Art. 6º** A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo à qual estará vinculado o Conselho prestará o necessário apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho Municipal do Trabalho.

**Art. 7º** A organização e o funcionamento deste Conselho, serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros efetivos, no prazo de noventa dias, a contar da data de sua instalação, submetido à homologação pelo Conselho Estadual do Trabalho.

**Parágrafo único.** Poderá ser prevista no Regimento Interno, a criação de Grupos Temáticos e Comissões de Trabalho, de caráter temporário ou permanente, com o objetivo de subsidiar as deliberações do Conselho ou facilitar o acompanhamento de ações específicas, apoiadas pelo Conselho, sendo que em nenhuma hipótese, o número de componentes desses Grupos ou Comissões será superior ao de representantes no Conselho.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**

Campo Mourão, 17 de novembro de 1997

**Tauillo Tezelli** - Prefeito Municipal

**Rubens Sanches Hernandes** - Procurador Geral

**Joaquim Quirino Mendes** - Secretário da Indústria, Comércio e Turismo

**DECRETO Nº 1571**

De 17 de novembro de 1997

Autoriza a Cessão de Uso dos móveis que menciona à **Associação Evangélica Missão Transmundo**.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 2º do artigo 103, 107, e alínea "n", inciso I, artigo 124 da Lei Orgânica do Município e, tendo em vista o contido no processo protocolizado sob o nº 8614/97,

**DECRETA:**